

**TENHA MODOS! EDUCAÇÃO E SOCIABILIDADES EM MANUAIS DE
CIVILIDADE E ETIQUETA (1900 – 1960)¹**

Cristiane Cecchin

Acadêmica do Curso de História - UDESC / SC

Bolsista PIBIC/ CNPq

E-mail: criscecchin@yahoo.com.br

Maria Teresa Santos Cunha

Profª Doutora – Dep. História

Programa de Pós-Graduação em História - UDESC/SC

E-mail: mariatsc@gmail.com

Resumo: Pretende-se, nesta pesquisa, destacar a presença dos Manuais de Civilidade e Etiqueta inseridos numa literatura indicada a uma ‘construção das sensibilidades’, viabilizando certas experiências sobre o que poderia significar ‘civilizar-se’. Através da análise de um corpus documental de manuais que circularam na sociedade deste período, busca-se vislumbrar o processo de criação das regras presentes neste campo das civilidades em diferentes temporalidades. Percebe-se, assim, os manuais como textos possibilitadores à construção de uma dada conformidade social num tempo e espaço delineados, ao permitir a promoção de ‘modelos civilizatórios’ reverberados na sociedade atual como protocolos de etiqueta inclinados à formação do ‘bom cidadão’.

Palavras-chave: Manuais de Civilidade; Cultura Escrita; Construção das sensibilidades.

Abstract: This research intend to emphasize the presence of Civility Guides and Manners inserted within a literature indicated to “sensitivity construction”, thus allowing certain experiences about the meaning of “civilize”. Through the analyses of a corpus documental of guides that used to be widely spread on this period society, one intend to identify the process of creation of the rules present on this field of civilities in different temporalities. Thus, one could realize that the guides, as texts able to allow the construction of social conformity in a limited time and space, sanction the promotion of “civilizing models” reverberated on these days society as protocols of manners designated to the formation of the “ideal citizen”.

Key-words: Civility guides; Written Culture; Sensibilities construction.

¹ Projeto de pesquisa financiado pelo CNPq/ Edital Universal/ 402767/2004-7, coordenado pela Profª Dra. Maria Teresa Santos Cunha (Departamento de História/ UDESC – SC)



Estar no *mundo*, habitar a *urbis* implica uma comunhão com os outros, o que chamamos civilizar-se em sociedade, ou seja, direcionar o comportamento a uma normatização das atitudes no intuito de *moldar* posturas, desde a primeira hora do dia até o momento de recolher-se para o descanso. São estes os dispositivos centrais divulgados nos manuais de civilidade – compêndios utilizados com fins à propagação das regras de conduta percebidas como fundamentais para possibilitar a conformação das normas construtoras de sensibilidades na sociedade moderna que se edificava e consolidava a partir dos finais do século XVIII.

Diante do que se convencionou denominar como *literatura de civilidade*, busca-se compreender a noção de uma certa experiência do que possa implicar o “conceito de *civilizado*, no sentido de cultivado, polido ou contido”², visando uma internalização das regras dispostas ao que possa oportunizar à formação do *bom caráter* e à construção das *boas maneiras*.

Os ditames da boa educação inculcidos à idéia de autocontrole como preceito da civilidade, vinculam-se ao desejo de abandono das práticas de ‘barbárie’, efetivadas anteriormente às necessidades de adesão ao “processo civilizador” analisado por Norbert Elias³. Para o autor, as modificações dos comportamentos e a definição das sensibilidades da sociedade moderna estão diretamente ligadas à formação do Estado Nacional Moderno, diante das práticas de monopólio da força física pelo Estado – com a instauração das monarquias absolutistas; e à diferenciação das funções e relações sociais, que exigiam um controle mais efetivo das emoções por parte dos indivíduos, um abrandamento das pulsões, como se expressa Elias. Neste sentido, “o controle mais complexo e estável da conduta passou a ser cada vez mais instilado no indivíduo desde seus primeiros anos, como uma espécie de automatismo, uma autocompulsão à qual ele não poderia resistir, mesmo que desejasse”⁴.

Neste intenso processo de formatação de comportamentos e condutas sociabilizadas, surge a intenção de valorizar e perceber o controle dos sentimentos como forma de alcançar êxito nas relações interpessoais diante de uma nova ordem social estabelecida. “Nessa sociedade aquele que melhor conseguir moderar suas paixões é aquele terá melhores vantagens, conseguirá e manterá favores, (...). Aí está a mudança ‘civilizadora’ pensada por Elias. (...)”⁵.

Frente à necessidade e urgência de transformação do cenário social em sua instituição pela adesão ao exercício das *práticas civilizadas*, os manuais de civilidade podem ser apontados como importantes elementos auxiliares na conformação e difusão das normas de comportamento percebidas e exigidas como adequadas à nova percepção de sociabilidade que se instaurava no desejo de uma nova sociedade.

Segundo Rainho, a chegada destas obras no Brasil começa a se efetivar durante o século XIX, ao passo que na Europa se difundiam desde o século XVI⁶. Para a autora,

² RAINHO, Maria do Carmo Teixeira. *A distinção e suas normas: leituras e leitores dos manuais de etiqueta e civilidade – Rio de Janeiro, século XIX*. In: Acervo: Revista do Arquivo Nacional. Vol. 8. Nº 01/02. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça, Janeiro/ Dezembro 1995. Pp. 139 – 152. pg 143

³ ELIAS, Norbert. *Do controle social ao autocontrole*. In: O Processo Civilizador. Vol 2: Formação do Estado e Civilização. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993. Pp. 193 – 207.

⁴ Idem. pg 196.

⁵ PILLA, Maria Cecília Barreto Amorim. *Manuais de Civilidade, Modelos de Civilização*. In: História em Revista. Vol. 9. Núcleo de Documentação Histórica. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas. Dezembro 2003. Pp. 01-21. pg. 6

⁶ RAINHO, *Op Cit.* pg 142



era ‘imperativo’ para a boa sociedade aristocratizar-se (civilizar-se), no intuito de nivelar-se aos seus pares europeus e distinguir-se do restante da população.

Já para Robert Pechman, a chegada da Família Real na cidade do Rio de Janeiro em 1808 inicia um processo de reorganização das relações sociais calcado na necessidade de civilização das práticas da “boa sociedade” - modernizada, urbana e diferenciada da velha elite colonial ainda muito ligada aos costumes tradicionais que fugiam à urbanização e modernização iminentes. Neste caminho, percebe-se que “os manuais de etiqueta e civilidade, (...) foram os principais veículos de difusão dos bons costumes e civilidade condizentes com as novas formas de relacionamento que se instaurava na sociedade carioca de corte”⁷.

Tal literatura, concebida como guia, escrita em linguagem clara e direta para facilitar a leitura, surgia com a finalidade de orientar o bom desempenho da vida social, ao ensinar um conjunto de regras necessárias a este propósito, baseadas na construção das aparências e nas formas de “apresentação de si aos olhos de seus iguais”.⁸

Ainda de acordo com Pechman, os manuais passam a representar a significação da civilidade a partir da nobreza, rigorosa hierarquia e valorização da aparência, auxiliando a regulação dos gestos necessária à preservação da sociedade e manutenção da ordem. Desta forma, “a civilidade serve, em última instância, para preservar a sociedade, para mantê-la incólume dos ataques que ameacem sua estrutura social. Não seria de bom tom, enfim, subverter as hierarquias”.⁹ Tal conclusão evidencia a pertinência na argumentação de Norbert Elias ao se referir à inclinação das práticas de civilidade à formação e manutenção dos Estados Nacionais Modernos, o que se encaixava também nos projetos de modernização do Estado Brasileiro, cuja classe mais abastada buscava legitimar-se nos códigos advindos das *culturas* tradicionais e nobres.

Cunha afirma que alguns manuais de Civilidade e Etiqueta já começam a ser editados e divulgados no Brasil no final do século XIX, direcionados para a elite que começava a se urbanizar, introduzindo “regras de como comportar-se em festas, eventos da sociedade, artes de bem viver, inspirados em manuais franceses”¹⁰

Um dos mais antigos manuais em circulação no país foi escrito pelo Cônego português conhecido como J. I. Roquette - *O Código do Bom-Tom*, datado de 1845. Importados ou aqui editados, tais obras procuravam atender às necessidades da formação dos comportamentos direcionada à observação da regulação do excessos através das regras de etiqueta direcionadas à preservação do decoro e do bom-tom.

A partir dos inícios do século XX, a literatura de civilidade difundida pelos manuais no Brasil, criou possibilidades para a circulação de práticas de urbanidade e propiciou uma forma de educação pela leitura, entre jovens e adultos nas cidades, principalmente pelos apelos à higienização, aparência pessoal (cuidado de si) e pela codificação minuciosa de rituais de sociabilidade urbana nos impressos em estudo. Tal pressuposto serve como justificativa à delimitação do período abordado nesta

⁷ PECHMAN, Robert Moses. *Cidades estreitamente vigiadas: o detective e o urbanista*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002. pg.82

⁸ RAINHO *apud* PECHMAN. *Op Cit.* Pg 83

⁹ PECHMAN, *Op Cit.* pg 86

¹⁰ CUNHA, Maria Teresa Santos. *Tenha Modos! Manuais de Civilidade e Etiqueta na Escola Normal. (1920-1960)*. In: Comunicação Coordenada: De cor e salteado para ver e viver: lições em manuais do século XIX e XX. VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. Uberlândia – MG. 17 – 20 de Abril de 2006. pg 2



pesquisa. Parte-se da compreensão de que na primeira metade do século XX, o Brasil presencia uma intensa preocupação com os prelúdios da modernização, urbanização e civilização em sua configuração sócio-política¹¹.

Havia uma necessidade emergente de romper com as visões estereotipadas de um país arcaico, conservador, *atrasado* e pouco desenvolvido em seus conceitos sociais, culturais e econômicos; voltando-se desta forma para ações de efetiva ‘reforma’ dos elementos contidos em tais esferas, ao ditar novos pressupostos e novas práticas fundadas em objetivos bem demarcados num processo de mudança política do país. Neste caminho, “somente oferecendo ao mundo uma imagem de plena credibilidade era possível drenar para o Brasil uma parcela proporcional da fartura, conforto e prosperidade em que já chafurdava o mundo civilizado”¹².

Diante dos ímpetos regeneradores do espaço urbano em suas diversas manifestações, tornam-se relevantemente elucidativas as investidas dos governos municipais do Rio de Janeiro em suas missões de purificação da cidade, livrando-a definitivamente daquele ‘mundo de imundície’¹³, através das operações do ‘bota abaixo’ dos cortiços do centro no início do século XX.

As novas postulações esclarecidas no regime político que se instituía no país deste momento, instigavam a remodelação também dos hábitos sociais, seguidos da transformação dos comportamentos populares que não se encaixavam nos moldes de civilização estabelecidos pelas regras de sociabilidades difundidas nos países do velho mundo. Tal perspectiva torna visível a preocupação veemente com a criação e divulgação dos costumes delineados pelo discurso da civilidade, estreitamente vinculado à disseminação do conceito de *civilização*, evidenciando assim a elaboração de práticas sociais voltadas às manifestações de polidez, urbanidade, delicadeza e cortesia.

Neste movimento, é pertinente apontar o surgimento de leituras voltadas à conformação e internalização destas regras imperativas de comportamento pautadas nos preceitos de polidez, elegância e cortesia - identificadas nos Manuais de Civilidade. Vários eram os pressupostos ditados neste tipo de texto com vistas ao refinamento das aparências no âmbito das sociabilidades *aburguesadas*: regras sobre como comportar-se em festas, eventos da sociedade, artes de bem viver; conselhos indispensáveis à aquisição de êxito nas investidas ao bom comportamento no grupo social.

A percepção de um empenho efetivo na difusão destas regras no seio da nova sociedade vincula-se ao papel que tiveram as teorizações políticas administrativas acerca da afirmação do novo Brasil como civilizado e nos caminhos do progresso e do desenvolvimento. Sevcenko cita que a “campanha mais reveladora dos excessos inimagináveis a que levava este estado de espírito foi a criação de uma lei de obrigatoriedade do uso do paletó e sapatos para todas as pessoas, sem distinção [...]”¹⁴.

¹¹ Consideram-se aqui, as transformações exercidas nos maiores pólos urbanos do país, especificamente na cidade do Rio de Janeiro - capital republicana e antiga sede da Corte Imperial, onde a necessidade de urbanização e civilização se percebia como mais urgente.

¹² SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1989. Pg 29

¹³ CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: Cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. Pg 19

¹⁴ SEVCENKO. *Op.Cit.* Pg.33



Isto evidenciava a tendência da modernização em implantar definitivamente os ditames do progresso e da civilização no país que se desejava moldar.

Os manuais procuravam colocar à disposição dos leitores conselhos e regras que visariam transmitir cuidados que deveriam ser seguidos nos espaços públicos e privados, procurando internalizar, pela leitura, normas e preceitos de controle social tanto pela gestão de corpos e *almas* como por um conjunto de regras sobre como portar-se com dignidade, cortesia e elegância, próprias de uma existência *civilizada*.

Nesta pesquisa, busca-se um investimento na análise de um *corpus documental* de exemplares que circularam na sociedade deste período, pretendendo-se analisá-los tanto em seus suportes materiais como em seus dispositivos textuais com o fito de mapear o conjunto das regras e orientações que compõem o repertório das vivências / civilidades em tal época, permitindo ao mesmo tempo apreender permanências e mudanças que se constituem nas diferentes temporalidades, diante de seus mais diversos anseios e necessidades. A análise deste material pretende identificar o processo de criação das regras e preceitos voltados a plasmar / regular comportamentos (hábitos de asseio pessoal, prescrições de leitura, maneiras de portar-se) com vistas à construção de práticas de convívio / sociabilidade que procurariam evidenciar uma pessoa *bem educada*.¹⁵

Para tanto, foi organizado um acervo¹⁶ com cerca de 60 exemplares raros editados no Brasil e datados no período da pesquisa, com a finalidade de servir como suporte às análises arquivísticas / interpretativas que representam a metodologia central (nas pesquisas) deste projeto. Importa, nesta abordagem analítica e interpretativa, a associação do conceito de *urbanidade* com a idéia de *civilizado*, e desta com o sentido de “saudável”, ligado ao enaltecimento do *auto-domínio*, o “governo de si” – ao constituir as leituras de civilidade mais ou menos corriqueiras nas classes médias que se firmavam ao longo da primeira metade do século XX no Brasil.

O trabalho das análises interpretativas dos materiais disponíveis se insere nos aportes teórico-metodológicos vinculados aos conceitos de usos e apropriações presentes nas propostas da História da Leitura. Portanto, a análise dos discursos mais presentes nestes textos não se empenha na intenção de demonstrar uma codificação fiel da produção / reprodução dos gestos dos leitores diante do contato com os preceitos divulgados nestas obras. Pode-se compreender a justificativa desta escolha teórica nas argumentações de Chartier, ao afirmar que:

(...) ler não significa apenas submissão ao mecanismo textual. Seja lá o que for, ler é uma prática criativa que inventa significados e conteúdos singulares, não redutíveis às intenções dos autores (...). Ler é uma resposta, um trabalho, ou, como diz Michel de Certeau, uma ato de ‘caçar em propriedade alheia’¹⁷

¹⁵ Tais propósitos se vinculam aos objetivos principais das análises arquivísticas/interpretativas inseridas no Projeto de Pesquisa “Tenha Modos! Educação e Sociabilidades em Manuais de Civilidade e Etiqueta (1900 – 1960), elaborado e coordenado pela Prof^a Maria Teresa Santos Cunha”

¹⁶ Disponível no Núcleo de Estudos Históricos – NEH, da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.

¹⁷ CHARTIER, Roger. *Textos, Impressão, Leituras*. In: A Nova História Cultural. Tradução de Jefferson Luís Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992. Pp. 211 – 238. Pg. 214.



Além das propostas de fundamentação teórica calcadas na abordagem da História Cultural, que *entende a realidade como uma construção social*; considera-se, ainda no âmbito da História da Leitura, uma história dos impressos como construtores de imaginários e possibilitadores da criação de condutas através da divulgação de idéias presentes em suas disposições textuais.

Dos exemplares que fazem parte do acervo organizado pelo projeto, alguns ultrapassam o período temporal estudado, mas foram introduzidos da mesma forma para contemplar a proposta de observar as permanências e rupturas existentes como pontes entre os “diferentes tempos” e permitem identificar as condições históricas de seu aparecimento ao longo dos séculos XVIII a XX. Dos que estão inseridos no recorte temporal escolhido, ou se apresentam ‘sem data’ - por não ser este detalhe muito observado nas edições mais antigas, cita-se alguns títulos, como *Boas Maneiras: Manual de Civilidade, de 1936; Economia Domestica, de 1958 ; Da arte de ser dona de casa, de 1951; Aprenda as boas maneiras, de 1958; Orientação indispensável à família (Economia Doméstica, Maternidade, Puericultura, Socorros Médicos de Urgência), [s.d]; Educação de Mulher, de 1936; Psicologia Feminina, de 1924* – entre vários outros.

Pelos títulos citados, é possível perceber que, as temáticas entendidas como relacionadas à civilidade circulam, em boa parte, pelo âmbito das prescrições Domésticas e delegadas à Mulher, como dona de casa, orientadora da família e responsável pela administração do lar. Mas em quase todos os exemplares, nota-se como temas presentes as descrições do bom-tom, relações em sociedade, costumes, educação religiosa, as boas maneiras e a etiqueta, etc. Como estão todos eles inseridos em um momento preciso – os inícios do século XX, percebe-se a veiculação de um conceito de civilidade próprio do momento em que circularam: aquele ligado aos limites da polidez e do comportamento em sociedade, estreitado pelas orientações da família que deveria se apresentar como um ‘pólo possibilitador’/facilitador e mantenedor destas prescrições.

As literaturas de civilidade foram pensadas inicialmente para atuarem no espaço privado, direcionando conselhos à família sobre práticas de bom comportamento em sociedade; sendo posteriormente inseridas no âmbito das leituras escolarizadas, ao utilizar o espaço escolar como meio de propagação das normas de conduta, através do ensinamento de teorias disciplinares. De acordo com Pilla, foi J.B. de La Salle (em âmbito internacional) quem primeiro elaborou um manual de tipo prescritivo a fim de valorizar uma aprendizagem que se efetuassem essencialmente na escola e não em família¹⁸.

A propagação destes manuais no espaço escolar começa a se difundir no Brasil a partir de 1930, datando sua entrada nas Escolas Normais. Na maioria das vezes, estes livros compunham o material didático utilizado em aulas de variadas disciplinas a fim de “incutir formas civilizadas de conduta pessoal e moral”, (...) investindo na “formação de sensibilidades recatadas, *civilizadas*, consideradas indispensáveis como signos de refinamento”¹⁹, caracterizavam-se por um corpus normativo de prescrições morais, não obrigatoriamente reais, mas desejadas.

Entre 1900 e 1960, portanto, este tipo de leitura é incentivado / praticado nas escolas com o intuito de normatizar comportamentos, internalizar regras e preceitos para

¹⁸ PILLA, *Op. Cit.* pg. 13

¹⁹ CUNHA, *Op Cit.*, pg. 2



a formação do bom cidadão bem como contribuir para a formação do caráter, e para uma consolidação das práticas de higiene, posto que se firmavam as relações urbanas no cotidiano da população das (principalmente) grandes cidades.

Anteriormente, pois, à introdução destes materiais no ambiente escolar, sua utilização se voltava, no espaço privado, ao auxílio da aprendizagem e internalização das regras pressupostas como indispensáveis à demonstração de bons modos, educação de fino trato, elegância e disposição ao bom comportamento no grupo social. Neste caminho foram direcionadas as pesquisas e produções textuais efetivadas nos trabalhos deste projeto até o momento, com vistas a mapear a construção de um conjunto de normas de conduta e bons modos no ambiente privado, com a finalidade de exercer sua prática no espaço público. Pode-se compreender tal processo diante dos argumentos de Pechman, ao afirmar que

“É unicamente através do governo de si – que se configura numa verdadeira ética do comportamento – que se pode galgar a escala social. Por isso mesmo, esse controle de si deve ser visto não mais só como uma expressão de foro íntimo, mas como um aspecto da civilidade a partir da qual revela-se sua dimensão social e política. Saímos, portanto, do plano da virtude privada para entrarmos em cheio no campo da política.”²⁰

O alcance destes textos formadores de *bons cidadãos* se inclinava inicialmente às mais altas classes do espaço em que circulava, com a intenção de justamente distingui-las do restante da população através do refinamento de seus modos e maneiras. Mais tarde, os discursos contidos nos manuais tinham a pretensão de se dirigir a todas as classes sociais, adaptando suas postulações às diversas condições que possuía a maior parte da sociedade, no caso do Brasil.

Tal processo de ‘democratização’ das leituras de civilidade, pode ser compreendido como uma necessidade de ampliar a propagação de regras que auxiliariam na conformação da organização social que se pretendia estabelecer, a qual foi facilitada pelo aumento da alfabetização e pela possibilidade de comprar livros, em função do barateamento das suas edições. “Nesse panorama é que se conjugam esforços no sentido de disciplinar toda e qualquer iniciativa que pudesse ser interpretada como ameaçadora às relações humanas e à ordem familiar”²¹. Fica clara, porém, a visualização destas regras como pertencentes ao círculo restrito da *boa sociedade burguesa*, as quais deveriam ser almejadas e imitadas pelo restante da população.

Ainda na problemática da civilidade construída no espaço privado, como foi possível perceber nos exemplares constituintes do acervo de análises desta pesquisa, uma preocupação constante dos autores em direcionar seus textos às mulheres, que estariam sempre responsáveis pelos cuidados com a casa, bem como com encaminhamento da formação moral e apresentação da família na sociedade.

Um número expressivo dos manuais contém um capítulo ou parte dedicada aos aconselhamentos de como construir a vida em família. Nessas notas, existem conceitos instrutivos sobre como a *dona de casa* deverá organizar o lar para manter a família

²⁰ PECHMAN, *Op Cit.* pg77

²¹ PILLA, *Op Cit.* pg. 16



unida e estável, assim como deverá prosseguir na educação das crianças para que aprendam a se tornar adultos respeitáveis e aptos ao bom convívio em sociedade.

Desta forma, a figura da mãe pode ser percebida como o principal alvo das instruções dirigidas pelos autores no intuito de orientá-la a observar o desenvolvimento do caráter da criança ainda nos primeiros anos de vida – fase considerada por grande parte dos manuais lidos como a mais importante na tarefa de ‘modelagem’ do comportamento do indivíduo. E diante da inclinação em civilizar os indivíduos desde a mais tenra idade, pode-se apontar (citando um exemplo que foge à delimitação do espaço e tempo reservados à pesquisa) o surgimento da *Civilidade Pueril*, de Erasmo (1530), dedicado à educação infantil, reunindo “(...) observações e conselhos para uso das crianças, abordando as principais circunstâncias da vida em sociedade. (...)”²². Elias faz alusões à atuação desta obra na sociedade em que era inserida ao tempo de sua divulgação:

“(...) seu sucesso, sua rápida disseminação e seu emprego como manual educativo para meninos mostram até que ponto atendia a uma necessidade social e como registrava os modelos de comportamento para os quais estavam maduros os tempos e que a sociedade – ou mais exatamente a classe alta, em primeiro lugar – exigia”²³

Seguindo o compêndio de Erasmo – que foi o primeiro a reunir e compilar as normas comportamentais em formato de manual, vários outros escritos aparecem com a intenção de delimitar as regras de sociabilidade exigidas desde a primeira infância das crianças.

Neste tipo de leitura, a criança é apresentada como portadora de uma personalidade que pode ser construída, *moldada* pelos pais segundo as condutas que a família tomará como modelo para conduzir sua criação. “Crianças começarão a aprender boas maneiras desde os primeiros meses de vida”²⁴. As orientações geralmente são voltadas à conformação do comportamento infantil, com a intenção de configurar o caráter dos meninos para desde cedo *moldar* e formar o *bom cidadão*.²⁵

Alguns textos recorrem à comparação das crianças a um bem material, para incitar nos pais o cuidado com que devem *manuseá-las*, aconselhando sempre a procura de instrução e auxílio de especialistas na complexa tarefa de *moldar* o caráter dos filhos através da educação. “Milhares de pais que nunca se atreveriam a tentar reparar o carburador do automóvel (...) - repudiam a idéia de que também na educação das

²² REVEL, Jacques. *Os usos da civilidade*. In: História da Vida Privada. Vol 3: Da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo: Cia das Letras, 1991. Pp. 169-208. pg. 171

²³ ELIAS, Norbert. *O problema da mudança de comportamento durante a Renascença*. In: O Processo Civilizador: Uma História dos costumes. Vol 1. Tradução: Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994. Pg. 83.

²⁴ AUTANT, Jacqueline. *Não faça isso! Código de boas maneiras*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Universo Ltda. [s.d] pg. 20

²⁵ Trabalho dedicado à percepção das linguagens de civilidade existentes nos manuais infantis vem sendo desenvolvido pela acadêmica Cristiane Cecchin, com seus estudos integrados ao Projeto de pesquisa coordenado pela profª Dra. Maria Teresa Santos Cunha, ao longo dos anos de 2006 /2007. Neste caminho, será elaborado um Trabalho de Conclusão de Curso, como exemplo de continuação das intenções em visualizar as civilidades dedicadas à infância, através das instruções às mães pelos manuais.



crianças, desde a mais tenra idade, devem recorrer à orientação e conselho de especialistas”²⁶.

Nesta perspectiva, as prescrições aos pais envolvem a preocupação constante de evitar que seus filhos mantenham comportamentos abusivos, bem como aludem com frequência a conselhos sobre os cuidados que devem tomar em relação à saúde e higiene dos mesmos²⁷. No que se refere a gestos, vestuário, vocabulário, as apresentações devem ser discretas, o que parece oportuno a uma criança *bem educada*²⁸. Ainda no que concerne à descrição na apresentação das crianças, estas devem estar até pelo menos até os 12 anos de idade afastadas de reuniões freqüentadas por adultos, com a intenção, provavelmente, de segregar atitudes e sociabilidades entre adultos e crianças.

Na maioria das vezes, os Manuais de Civilidade e Etiqueta propõem auxílio nos termos da construção familiar e conformação do caráter infantil para estabilizar eficazmente sua atuação no corpo social quando adulto. Assim, estes livros colaboraram, e ainda colaboram, na criação de novos hábitos e costumes, embora não se possa julgar tais conteúdos como apreendidos na sua totalidade, já que a leitura destes textos é, sempre, “transversalizada pelas práticas que possibilitam sua recepção”²⁹.

Percebe-se desta forma, a consideração dos manuais de civilidade como “vetores de sistemas de valores, ferramentas para a consolidação das formas e dos códigos morais e sociais”³⁰. Compostos por inúmeros conselhos, regras precisas e orientações de conduta pessoal, moral e social, eram dotados do objetivo primordial de “transmitir e ensinar atenções e cuidados que cada indivíduo deveria dirigir a si mesmo, no espaço público e privado.”³¹

Evidencia-se, portanto, a importância de voltarmos olhares e reflexões a tais obras, que como *Postulados de conduta*, e divulgadores de prescrições e usos para vários aspectos da vida em sociedade, possibilitaram a promoção de modelos e exemplos que se romperam ou permanecem em seus preceitos (mais ou menos modificados) diante de sua atuação na sociedade em suas mais diversas questões quando postas em observação e análise.

Como lembra Rainho, não é possível encararmos a literatura de civilidade como “espelho” dos modos da sociedade em questão, mas como uma produção que demonstra a representação dos modelos de civilidade e os comportamentos esperados dos que compõem tal grupo³². Diante disso, o que se pretendeu conduzir com esta análise, foi oportunizar a compreensão da importância destes manuais como textos pedagógicos que visavam à construção de uma dada conformidade social num tempo e espaço delineados, segundo seus anseios e necessidades contemporâneos – ao permitir a identificação de modelos e exemplos que contêm certas permanências e rupturas progressivamente propagadas no corpo social em que atua.

²⁶ MIRANDA, José Tavares de. *Boas Maneiras e outras Maneiras*. São Paulo: Bestseller: 1965. pg. 137

²⁷ Não serão aqui discutidas questões sobre saúde e higiene. A esse respeito ver STEPHANOU, Maria. Saúde, Higiene e Civilidade em Manuais. (III Congresso Brasileiro de História da Educação – 2004)

²⁸ CECCHIN, Cristiane; CUNHA, Maria Teresa Santos. *A arte de bem educar: Reflexões a partir de Manuais de Civilidade e Etiqueta*. In: III Simpósio Internacional de História Cultural. Anais eletrônicos. Florianópolis-SC, 18 a 22 de setembro de 2006. Pg 07

²⁹ CUNHA, *op.cit.* pg 12

³⁰ Idem, pg 03

³¹ Idem, pg 03

³² RAINHO, *op.cit.* pg 141



Não se deve esquecer, no entanto, pensando na chave dos estudos de Chartier que a existência de uma distância posta como constante “entre a norma e a vivência, a injunção e a prática, o sentido pretendido e o sentido produzido – uma distância em que se podem insinuar as reformulações e os desvios.³³ No mundo dos textos lidos e apreendidos na escola ou fora dela, apropriações dessas leituras podem reverberar em usos, distorções e outras compreensões – no caso destas literaturas: da civilidade que Elias procurou definir como a *regulação dos impulsos* ou o *abrandamento das pulsões*.

Cristiane Cecchin –
Rua Patrício Caldeira de Andrade, 627 – Apto 104 / Bloco D – Residencial *San Felipe*
Abraão – Florianópolis / SC
CEP: 88085-150.
Fone: (48) 32480411

***Tecnologia de Apresentação: *Data-show*.**

Maria Teresa Santos Cunha
Rua Professor Marcos Cardoso Filho, 108
Florianópolis/SC
CEP 88037-040
Fone: (48) 32332886

***Tecnologia de Apresentação: *Data-show*.**

³³ CUNHA, *Op. Cit.* Pg 21

**Fontes e Referências:**

- AUTANT, Jacqueline. *Não faça isso! Código de boas maneiras*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Universo Ltda. [s.d]
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: Cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CHARTIER, Roger. *Textos, Impressão, Leituras*. In: A Nova História Cultural. Tradução de Jefferson Luís Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992. Pp. 211 – 238.
- CUNHA, Maria Teresa Santos. *Tenha Modos! Manuais de Civilidade e Etiqueta na Escola Normal. (1920-1960)*. In: Comunicação Coordenada: De cor e salteado para ver e viver: lições em manuais do século XIX e XX. VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. Uberlândia – MG. 17 – 20 de Abril de 2006.
- ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: Uma História dos costumes*. Vol 1. Tradução: Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. Vol 2: Formação do Estado e Civilização. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.
- MIRANDA, José Tavares de. *Boas Maneiras e outras Maneiras*. São Paulo: Bestseller: 1965.
- PECHMAN, Robert Moses. *Cidades estreitamente vigiadas: o detective e o urbanista*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.
- PILLA, Maria Cecília Barreto Amorim. *Manuais de Civilidade, Modelos de Civilização*. In: História em Revista. Vol. 9. Núcleo de Documentação Histórica. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas. Dezembro 2003. Pp. 01-21.
- RAINHO, Maria do Carmo Teixeira. *A distinção e suas normas: leituras e leitores dos manuais de etiqueta e civilidade – Rio de Janeiro, século XIX*. In: Acervo: Revista do Arquivo Nacional. Vol. 8. Nº 01/02. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça, Janeiro/ Dezembro 1995. Pp. 139 – 152.
- REVEL, Jacques. *Os usos da civilidade*. In: História da Vida Privada. Vol 3: Da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo: Cia das Letras, 1991.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1989.